

da profissão de urbanista, assim como para a difusão de uma nova concepção de planos e de instrumentos urbanísticos. Constituem-se embrões de um conjunto de instituições que se ampliam no decorrer dos anos cinquenta e sessenta em um novo quadro de institucionalização marcado pela industrialização e crescente urbanização.

A rede de pesquisa Urbanismo no Brasil formada em 1992<sup>1</sup> teve como objetivo inicial disponibilizar de forma organizada uma grande base documental e procurou-se avançar na reflexão teórica e metodológica para o conhecimento da história da cidade, do urbanismo e do planejamento urbano no Brasil.

O livro *Urbanismo no Brasil 1895-1965* foi a primeira disponibilização do banco e das análises destes dados. Em seguida organizou-se um *cd* e o *site* [www.urbanismobr.org](http://www.urbanismobr.org), que atualiza e divulga esta produção.

A continuidade de estudos e pesquisas da rede propiciou uma instigante possibilidade de refletir sobre analogias e diferenças em estudos comparados sobre o campo do urbanismo e as estratégias de intervenção nas cidades.

Evidentemente, não se trata de procurar encontrar leis ou modelos, mas inserir os casos estudados em um sistema complexo de relações. Representam um recurso de método que permite a passagem do caso particular para uma compreensão sobre o campo do urbanismo no Brasil e a transformação das cidades brasileiras.

O livro *Diálogos: urbanismobr*, coordenado por José Francisco Bernardino Freitas, propôs o enfrentamento de uma questão em comum por pesquisadores da rede sobre realidades urbanas distintas.

O livro *Urbanismo na Era Vargas: a transformação das cidades brasileiras*, coordenado por Vera F. Rezende vem integrar esta nova coleção de publicações da rede de pesquisa *Urbanismo no Brasil*. Ao propor um recorte temporal – a Era Vargas – os textos, que compõem este livro, elaborados por pesquisadores da rede, contribuem de forma importante para a compreensão da complexa relação entre o urbanismo, a modernização das cidades e os períodos autoritários no Brasil.

## **O Urbanismo na Era Vargas: uma introdução**

Vera F. Rezende

---

<sup>1</sup> Integram a rede Maria Cristina da Silva Leme (USP), Vera F. Rezende e Marlice Azevedo (UFF), Sarah Feldman (USP-SC), Ana Fernandes e Marco Aurélio A. de Filgueiras Gomes (UFBA), Virgínia Pitta Pontual (UFPE), Fábio José Martins de Lima (UFJF), Célia Ferraz de Souza e Maria Soares de Almeida (UFRGS), José Francisco Bernardino Freitas e Eneida Maria Souza Mendonça (UFES), Rodrigo Santos de Faria (UNB) e Jose Geraldo Simões Jr. (Univ. Mackenzie).

A Era Vargas representa para os estudiosos um período fértil para investigações e reflexões. As transformações operadas nas cidades brasileiras no período de 1930 a 1945 remetem as indagações a um enquadramento singular nos planos político, econômico e institucional, em que podem ser destacados dois aspectos para o campo dos estudos urbanos: uma nova fase relacionada ao processo de industrialização no Brasil, que resulta em foco e alterações no objeto cidade e a reforma política e institucional da qual é objeto o Estado brasileiro, com resultados para a sua gestão.

No plano geral, a relevância do período de 1930 a 1945, dada a sua complexidade e as transformações resultantes para o Estado e a sociedade brasileira, tem sido objeto de análises profundas empreendidas por diversos autores. E, ainda que neste produto da Rede Urbanismo.br nossa proposta seja estudar as questões mais especialmente relacionadas às cidades e às suas formas de gestão, não podemos deixar de destacar as fundamentais e valiosas contribuições de: Carone (1970), Diniz (1997) Melo (1993) e Moraes (2000), sobre a centralização do poder e a organização do Estado e das instituições; Diniz (1997), Furtado (1967), Ianni (1971), Oliveira (1972), Saes (1985) e Tavares (1966), sobre as modificações na economia brasileira e o processo de industrialização; de Weffort (1968), Fausto (1970) e Saes (1985, 1997) sobre a participação política de diferentes setores no Movimento de 1930 ou no Estado que se constrói após esta data; e Melo (1993), Moraes (2000) e Oliveira (1980), sobre papel dos intelectuais e as inspirações teóricas. Além dessas, em plena Era Vargas, o estudo desenvolvido sob o olhar estrangeiro de Loewenstein (1942) a respeito do sistema de governo e da política no regime ditatorial no Brasil.

Em termos políticos, o Movimento de 1930<sup>1</sup> que traz Getúlio Vargas ao poder se caracteriza por ser uma articulação “pelo alto” (DINIZ, 1997; MORAES, 2000), tendo em vista que não inclui a participação das classes subalternas, mas que traz ao poder setores das elites que não se viam representados no governo anterior. Com esse movimento ascendem setores agrários não diretamente ligados à produção cafeeira ou à exportação, representantes das classes médias ligados ao tenentismo e representantes da burguesia industrial.

Configura-se como uma oposição ao liberalismo, ao estado dominado pelas oligarquias regionais e à proteção incondicional ao modelo agrário exportador.

---

<sup>1</sup> Após novembro de 1930, Getúlio Vargas, como chefe do Governo Provisório, suspende a Constituição de 1891, dissolve o Congresso Nacional e as Assembleias Estaduais e substitui os governadores por interventores federais por ele nomeados e, em sua maioria, integrantes do Movimento Tenentista.

Não obstante o movimento ter sido gestado nas regras do próprio jogo de interesses das classes proprietárias rurais, traz profundas mudanças ao país com a centralização do poder político e administrativo necessários a uma política intervencionista e mudanças quanto ao processo de industrialização (MORAES, 2000).

Para a nossa abordagem específica ao campo do urbanismo, destacam-se na análise sobre a Era Vargas a importância assumida pelas cidades, as reformas empreendidas, o processo de centralização política e institucional, e as transformações que ocorreram aprofundadas pela instalação do Estado Novo.

Em primeiro lugar, os anos 1930 representam uma importante etapa na definição dos rumos do capitalismo industrial no país, observando-se, no plano econômico, o deslocamento do eixo da economia do polo agroexportador para o polo urbano-industrial e, no plano político, o esvaziamento da influência e do poder dos interesses ligados à preservação da preponderância do setor externo (DINIZ, 1997). A importância das cidades se deve em grande parte ao processo de industrialização, que é impulsionado por condições institucionais criadas após o Movimento de 1930, momento em que as estruturas do Estado abrem-se aos grupos de pressão industriais, cuja influência política cresce.

Embora não se possa relacionar o Movimento revolucionário a um projeto de industrialização no qual a burguesia industrial desempenhasse o papel de agente político, fica claro, segundo Saes, que com este movimento são criadas as condições institucionais necessárias à aceleração do processo de industrialização (SAES, 1985). Em termos práticos, substitui-se o federalismo oligárquico pela centralização político-administrativa e concede-se ao estado nacional a ser construído, os instrumentos para uma política intervencionista e industrializante (SAES, 1985). Esta política parte de um projeto de nação que concorre para o projeto de um Brasil, no qual o papel dos interventores e prefeitos nomeados será determinante.

Quanto à concentração de poder, ao controle e à reestruturação das instituições, desde o início da Era Vargas se assiste a um processo de centralização política e institucional, em que vão sendo implantados, progressivamente, mecanismos que são ampliados no Estado Novo (1937-1945). Como afirma Diniz (1997, p. 79):

Este esforço de centralização político-administrativa, pelo qual se mantém a autonomia do Estado, manifesta-se através da montagem de um complexo quadro jurídico-institucional que estabelece novos padrões de governo e cria mecanismos necessários para dar viabilidade à interferência do Estado nos diferentes setores da realidade social.

O Estado Novo, nessa visão, é parte de um processo, não podendo ser analisado de forma isolada. A sua emergência se dá como desdobramento de uma situação de crise de hegemonia em que diferentes setores da classe dominante se encontram incapazes de controlar a máquina política, criando-se, assim, condições favoráveis à formação de um estado forte (DINIZ, 1997). Representa a reafirmação das tendências autoritárias presentes desde o início, não só no ideário político, como também na atuação concreta de expressivos setores da liderança revolucionária.

De fato, na década de 1930, a construção de um estado forte, capaz de enfrentar os problemas nacionais, por meio de uma gestão organizada, faz parte das aspirações de alguns setores da intelectualidade, não só brasileira como internacional. Especialmente a partir de 1937, no Estado Novo<sup>2</sup>, a intenção de construir uma nova nação orientar-se-á para políticas educacionais, culturais, de proteção aos recursos naturais, de organização dos trabalhadores e de organização da administração pública, inclusive a municipal, caracterizadas pela centralização do poder de decisão com medidas de descentralização planejadas.

Contudo, a centralização política no nível federal e, como consequência, a reforma da administração, tem início logo após a Revolução de 1930. Uma série de medidas são tomadas, tais como a criação dos institutos, como órgãos de formulação e controle de políticas setoriais; das interventorias estaduais, como meio de enfraquecimento ou controle do poder de grupos dominantes regionais; dos conselhos e das comissões, como órgãos consultivos e como forma de composição e organização de posições contraditórias (MELO, 1993).

Todos eles se refletem também na gestão municipal, destacando-se a importância do Decreto nº 20.348, de 20 de agosto de 1931 do Governo Provisório (BRASIL, 1931), a menos de um ano da Revolução de 1930, que institui conselhos consultivos nos Estados, no Distrito Federal e nos municípios, limita a atuação financeira independente nesses níveis de governo, dita regras para o serviço público e, ainda, suprime municípios com pequena renda anual.

Dentro desse quadro, se rebatem desde 1930 os ideais municipalistas, cuja luta se concentra numa maior autonomia e em responsabilidades a serem conferidas aos

---

<sup>2</sup>O Estado Novo se caracteriza em termos políticos e institucionais pela edição da Constituição de 1937, outorgada por Getúlio Vargas, concentrando todo o poder político nas mãos do Presidente da República, pelo fechamento do Congresso Nacional, das Assembleias Estaduais e das Câmaras Municipais. Os Estados são governados por interventores, nomeados pelo Presidente, que designam os Prefeitos municipais. Os meios de comunicação são controlados pelo Departamento de Imprensa e Propaganda - DIP. Ainda em 1937, todos os partidos políticos são dissolvidos (BRASIL, 2008).

municípios, como elementos constituintes da construção da nação brasileira<sup>3</sup>. Se percebemos, porém, o Estado após 1930, e principalmente, o Estado Novo, após 1937, intensamente centralizador, em termos políticos, administrativos e financeiros, podemos, como consequência divisar o caráter contraditório dos ideais municipalistas inseridos neste modelo de estado<sup>4</sup>.

A explicação para esse paradoxo nos é fornecida por Melo (1993), que destaca, nessa concepção, o município como instância pré-política resguardado das instâncias representativas, entrelaçado com o poder central, sem mediações de instâncias territoriais ou político-partidárias. A articulação entre os dois níveis estaria assegurada pela centralização, que aproximaria e reuniria os dois polos. Ainda, segundo Melo (1993, p. 4), o episódio da queima das bandeiras estaduais, em ritual cívico durante o Estado Novo, não poderia ser mais expressivo de uma visão em que o regionalismo é colocado como adversário dos interesses nacionais.

O municipalismo como bandeira programática iria acompanhar a discussão sobre as cidades e sua gestão ao longo de várias décadas. Políticos se alinham em termos ideológicos a essa corrente, que prega não só o fortalecimento dos municípios, mas uma gestão racional e um aumento de recursos a eles transferidos. Entre eles, Juarez Távora, um dos tenentes do Movimento de 1930, Ministro da Agricultura do Governo de Getúlio Vargas de 1932 a 1934, que se torna um dos defensores do fortalecimento dos municípios e que iria inspirar um dos principais urbanistas que atuam no Distrito Federal<sup>5</sup>.

Quanto às reformas empreendidas, estas se apresentam como necessárias para a construção de uma nação diversa do país anterior a 1930, a República Velha, e fazem parte das atividades governamentais, atingindo diferentes setores da vida nacional. O ideal reformista permeia a administração traduzido pelas mãos de

<sup>3</sup> Exemplo destacado por Melo é a proposta, na Constituinte de 1934, do ex-tenente e ministro Juarez Távora de reorganização do país em uma federação municipalista. Nela, os estados desempenhariam apenas o papel de intermediários entre a união soberana e os municípios autônomos (MELO, 1993, p. 4).

<sup>4</sup> A Constituição de 1937 e a legislação específica sobre municípios é centralizadora, inclusive pela limitação da autonomia financeira do município. Por outro lado, a mesma Constituição de 1937 elege o município "como órgão constituinte dos poderes" e o Estado Novo se apresenta como a encarnação do "verdadeiro municipalismo" (MELO, 1993, p. 89).

<sup>5</sup> Juarez Távora é também Ministro de Viação e Obras por curto período em 1930. Em 1945 filia-se à UDN, partido de oposição à ditadura do Estado Novo. Sobre o tenentismo e a sua participação na Revolução de 1930 (SAES, 1985, 1997). Suas ideias inspiram o engenheiro e urbanista J. O. Saboya Ribeiro.

uma elite técnica, cosmopolita e conhecedora de experiências de outros países, entre eles os Estados Unidos. Desta elite fazem parte: Francisco Campos e Anísio Teixeira, no setor de educação, sendo que o primeiro também atua nos setores de cultura e justiça, Oswaldo Aranha nos setores de finanças e de relações internacionais e Luis Simões Lopes e Mauricio Nabuco no setor de administração pública.

Os textos que compõem este livro buscam, em seu conjunto, contribuir para o campo da história urbana, do urbanismo e do planejamento urbano e regional no Brasil. Orientam-se para as novas dimensões que assume o urbanismo no período de 1930 a 1945, a Era Vargas, com destaque para o período do Estado Novo de 1937 a 1945, tendo como pano de fundo as transformações efetuadas nos planos político, econômico e social. As diferentes linhas temáticas contempladas nos textos se fundem e permitem um universo de comparações e passam pela circulação de ideias, pelos conteúdos e compreensões do urbanismo à época e pelas formas particulares da gestão das cidades e da região. Tratam, ainda, da produção da cidade contemporânea a partir das transformações ocorridas no Brasil, em especial aquelas focalizadas, o Rio de Janeiro, Distrito Federal, capital da República, São Paulo, Vitória, Porto Alegre, Recife, e Salvador, incluindo os fatores que interagem em sua transformação.

A ordem de apresentação dos textos no livro buscou contemplar a temática principal, partindo de aspectos gerais relacionados à Era Vargas e ao Urbanismo ou às Políticas no Brasil ou em sua capital, o Rio de Janeiro, Distrito Federal. Em continuidade, foram introduzidas as questões e os debates relativos à São Paulo, a regiões, a-cidades-capitais e finalmente, a questões e a políticas setoriais. Essa diretriz estruturou o formato final do livro.

Numa perspectiva de análise de mecanismos criados no nível federal, Sarah Feldman no texto "As Comissões de Planos da Cidade na Era Vargas" discute as Comissões de Planos no contexto da reforma administrativa empreendida: as inovações que representam como organização, seus vínculos com as comissões americanas e o papel que desempenham na reconstrução das práticas urbanísticas. Mostra que, embora premidos pelos constrangimentos impostos pelo regime autoritário, os urbanistas utilizam as condições de institucionalização do período para legitimar seu campo profissional e atuam na perspectiva, não apenas de qualificar, mas também de fortalecer o município e a administração municipal – para e por meio das práticas do urbanismo.

Em "Urbanismo como Política: formulações e experiências" Ana Fernandes explora a história do urbanismo no Brasil em duas direções: em primeiro lugar, busca articular a história local à história nacional, acreditando que a análise vertical

entre as escalas de governo tenha muito a contribuir para a compreensão dos processos concretos de concepção e desenvolvimento dos planos de urbanismo. Em segundo lugar, destaca um momento particular na história brasileira, um período de governo marcado pelo autoritarismo, quando se engendram iniciativas institucionais e instrumentos jurídicos de gestão urbana, que buscam colocar limites à ação e à apropriação privada da cidade, inserindo a questão urbana na esfera de constituição do interesse público.

No texto “A Era Vargas, o Planejamento de Cidades e a Circulação de Ideias: um olhar a partir do Distrito Federal, a cidade do Rio de Janeiro” Vera F. Rezende aprofunda o debate em curso e as práticas adotadas nas décadas de 1930 e 1940 em relação ao planejamento de cidades, tendo como foco o Distrito Federal, o centro do poder, relacionando-os ao contexto político e institucional. Reflete sobre a agenda urbanística que se constrói e se concretiza em parte, com a criação de instrumentos como a Comissão do Plano da Cidade e as Obrigações Urbanísticas. Mostra, ainda, que se essa se apoia em teorias e experiências sobre cidades e é alimentada pela circulação de ideias, que ocorre entre profissionais brasileiros e entre o Brasil e outros países, em que se destaca os Estados Unidos da América.

Maria Cristina da Silva Leme em “São Paulo: conflitos e consensos para construção da metrópole: 1930-1945” orienta-se para esse campo de conhecimento e para a prática profissional em São Paulo. Analisa a prática de urbanistas, tais como Luiz Ignácio de Anhaia Mello e Francisco Prestes Maia, que projetam, planejam e intervêm na cidade, e os mecanismos de intersecção com as redes sociais e culturais mais amplas que ali se estabelecem. Neste período de crescente centralização do poder político e de decisão em mãos do Governo Federal, ocorre a redefinição de canais de acesso e influência entre o governo e a sociedade civil. Detém-se, ainda, na criação e na atuação da recém-criada Sociedade Amigos da Cidade como nova instância de debate e de participação da sociedade civil na gestão da cidade.

Dois textos se orientam políticas estaduais ou regionais na Era Vargas e sua relação com o desenvolvimento urbano. José Francisco Bernardino Freitas em “Da monocultura à industrialização: Vitória e o Espírito Santo do Estado Novo” examina os relatórios e mensagens de governo para esboçar a versão da história da Capital e do Estado do Espírito Santo do ponto de vista oficial, no período do Estado Novo. Verifica as condições de desenvolvimento, relacionando-as às intervenções governamentais, sobretudo as de provisão de infraestrutura e equipamentos, suas intenções e naturezas. Indica que, se não é possível argumentar a favor da solução de continuidade das intervenções nos anos de 1930 e 1940, ao

menos, o conjunto de intervenções serviu de base para que o Espírito Santo se preparasse para o estabelecimento de seu parque industrial nas décadas seguintes.

Em “O Espaço Fluminense e a Intervenção Urbana no Estado Novo” Marlice Nazareth Soares de Azevedo se orienta para o Estado do Rio de Janeiro, focalizando programas governamentais, especialmente no período do Estado Novo, que se destacaram, inclusive, no campo do urbanismo. Analisa as iniciativas, que alcançaram o estado com medidas efetivas para a contratação e realização de planos, projetos e obras urbanas, elaboração de decretos federais e estaduais de gestão e intervenção urbana, exposições públicas e publicação de matérias jornalísticas, que possibilitaram visibilidade, protagonismo e transformações no quadro urbano fluminense.

Em “Modernidade e autoritarismo – urbanismo em tempos ditatoriais Porto Alegre, 1937-1945” Célia Ferraz de Souza e Maria Soares de Almeida se propõem a resgatar, a partir de uma perspectiva histórica, as transformações por que passou a cidade de Porto Alegre, o papel das políticas públicas geradas no âmbito da administração municipal e as ideias de cidade e urbanismo que circulam nos meios técnicos, acadêmicos e institucionais locais. As autoras destacam o papel dos urbanistas e dos políticos, agentes principais destas transformações.

Em “O Plano de Urbanização para Vitória (ES) na Era Vargas”, Eneida Maria Souza Mendonça discute as formulações urbanísticas para a cidade de Vitória, capital do Espírito Santo, a partir do Plano de Urbanização para Vitória elaborado pelo engenheiro Henrique de Novaes, em 1931. O documento propõe a reestruturação do núcleo urbano existente e prevê expansões, mantendo o porto como elemento vital da economia capixaba e outro plano com abrangência equivalente foi formulado somente em meados da década de 1940. O contexto político, as aproximações entre o Presidente Vargas e o interventor e governador Punaro Bley, o crescimento econômico, as obras de iniciativa estadual, como a criação do porto, fornecem o enquadramento para a discussão do plano.

Em “Os anos de 1930 do século XX no Brasil e as narrativas urbanísticas: urbanismo modernista e patrimônio histórico”, Virginia Pontual trata das narrativas presentes no Brasil à época, particularizando com acontecimentos da cidade do Recife, destacando que os intelectuais que pensam sobre o urbanismo e o patrimônio se mesclavam e definiam territórios de atuação, tendo os modelos urbanísticos como centro das polêmicas e intervenções. Argumenta que a prática do urbanismo modernista e do campo da conservação urbana, de maneira diversa do que tem sido propalado em estudos historiográficos, não é dual, mas é parte constitutiva da atividade do urbanista e do arquiteto de projetar o futuro, de intervir na cidade, mesmo que seja para salvaguardá-la.

Finalmente, Maria Lais Pereira da Silva, no texto "Reflexões sobre a política habitacional na Era Vargas" discute o significado das iniciativas estatais referentes à habitação social, e que representaram, segundo vários autores, o início de estruturação das políticas habitacionais. Neste sentido, passa por alguns aspectos referentes aos conjuntos habitacionais das carteiras prediais dos institutos de Aposentadoria e Pensões, os "IAPs", no plano nacional, focalizando as iniciativas dirigidas às favelas, em especial o programa dos Parques Proletários Provisórios no Rio de Janeiro no período do Estado Novo. Trata do significado das intervenções, discutindo a sua inserção na "questão social" e no contexto político-ideológico da formatação do "novo trabalhador".

Os textos buscam, pois, desvendar para o período de 1930 a 1945 aspectos próprios assumidos pelo urbanismo e pelo planejamento para o país, estados ou cidades e, em vários casos, refletir sobre aspectos decorrentes de uma maior interferência do Estado aprofundada a partir do regime ditatorial após 1937, com a instalação do Estado Novo. A busca é por respostas quanto à existência e a evidências relacionadas a novas formas de pensar, gerir e produzir as cidades brasileiras na Era Vargas.

## Referências

BRASIL. Decreto nº 20.348, de 20 de agosto de 1931. Institui conselhos consultivos nos Estados, no Distrito Federal e nos municípios e estabelece normas sobre a administração.

\_\_\_\_\_. Senado Federal Biblioteca Digital. <http://www.senado.gov.br/comunica/historia>. Acesso em 2 fev.2008.

CARONE, Edgard. *A República Velha: instituições e classes sociais*. São Paulo: DIFEL, 1970.

DINIZ, Eli. O Estado Novo: estrutura de poder, relações de classes. In: FAUSTO, Boris (Dir.). *História geral da civilização brasileira*. T.3: Brasil Republicano: sociedade e política (1930-1964). 5.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. Cap. 1, p. 78-120.

FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930*. São Paulo: Brasiliense, 1970.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Ed. Nacional, 1967.

IANNI, Octavio. *Estado e planejamento econômico no Brasil (1930-1970)*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1971.

LOEWENSTEIN, Karl. *Brazil under Vargas*. New York: The Macmillan Company, 1942.

MELO, Marcus André Barreto Campelo de. Municipalismo, nation building e a modernização do estado no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, ano 8, n. 23, p. 85-100, out, 1993.

MORAES, Maria Célia Marcondes. *Reformas de ensino, modernização administrada: a experiência de Francisco Campos: anos vinte e trinta*. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Núcleo de Publicações, 2000.

OLIVEIRA, Francisco Maria Cavalcanti, A economia brasileira: crítica à razão Dualista. *Estudos CEBRAP*, São Paulo, v. 2, p. 3-82, 1972.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi; GOMES, Eduardo Rodrigues Gomes; WHATELY, Maria Celina (Coord.). *Elite intelectual e debate político nos anos 30: uma bibliografia comentada da revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas: Brasília, DF: Instituto Nacional do Livro, 1980.

SAES, Décio. Classe média e política no Brasil, 1930-1964. In: FAUSTO, Boris (Dir.). *História geral da civilização brasileira*. T.3: Brasil Republicano, v.3: sociedade e política (1930-1964). 5.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

\_\_\_\_\_. *Classe média sistema político no Brasil*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1985.

TAVARES, Maria da Conceição. Substituição de importações e desenvolvimento econômico na América Latina. *Dados*, Rio de Janeiro, n. 1, p. 115-140, 1966.

WEFFORT, Francisco Corrêa. *Classes populares e política*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, 1968.